

Seleção

Área de Concentração Direito Econômico e Desenvolvimento:

- Linha de Pesquisa 1 - Desenvolvimento Humano, Empresa, Tributação, Responsabilização (Civil, Penal e Administrativa)
- Linha de Pesquisa 2 - Desenvolvimento, Regulação, Concorrência e Inovação

São incentivadas pelo PPGD pesquisas interdisciplinares aderentes à proposta, incluindo todos os ângulos do direito positivo, público ou privado, bem como, a interpretação do direito constitucional no âmbito da, assim denominada, dogmática especializada. Trata-se de pesquisa científica aplicada, na busca de solução para os grandes problemas nacionais, da demanda social: particularmente aqueles relacionados com a geração e manutenção de emprego e renda e, ao fim e ao cabo, da vida. Nesse catálogo de objetos de investigação, aderente a proposta, incentiva-se pesquisas relativamente a intervenção dos poderes públicos na economia e, especialmente, disciplinas que passem pela análise econômica do direito, políticas públicas de desenvolvimento, direito internacional público e privado, defesa comercial, contratos mercantis, direito digital, privacidade, empreendedorismo, incentivos fiscais, lei de inovação, articulação entre universidade e indústria, livre concorrência, livre iniciativa, recuperação judicial, direito societário, valores mobiliários (com destaque para os mercados de tecnologia e inovação) compras públicas, domínio público, saúde pública, genéricos, vacinas, regime jurídico da pesquisa científica em rede, propriedade intelectual, transferência de tecnologia, regulação setorial, antitruste, abuso de direito e responsabilidade civil, especialmente, responsabilidade corporativa e de seus executivos, aplicável a todos os ângulos do direito regulatório setorial, concorrencial, mercantil e consumerista, bem como, a revisão judicial de atos das agências reguladoras e da autoridade antitruste.

Por se tratar de Direito Econômico, a Área de Concentração admite toda pesquisa com aderência em relação a intervenção dos poderes públicos na esfera e na iniciativa privada em todos os seus aspectos. Assim, respeitadas as regras de aderência, serão, portanto, admitidas pesquisas de todas as áreas do direito metodologicamente relacionadas com o desenvolvimento humano e/ou econômico.

Inclui-se, no rol de temas aderentes à proposta deste PPGD, os temas em direito relativos às políticas de desenvolvimento abrangendo-se lei de Inovação da atividade econômica empresa, contratos, a disciplina de novos métodos de negócio, políticas públicas e responsabilidade civil, penal e administrativa. Está neste quadro o estudo do abuso de direitos, incluindo o abuso de direitos de propriedade intelectual e de elementos da nova economia como, por exemplo, a articulação entre poder de domínio (posição dominante) e o “big data”